



Suape

O tortuoso caminho do desenvolvimento

Páginas 4 e 5

Hotéis adaptados para pessoas com deficiência

Página 3

Agrotóxicos em pauta na Assembleia

Página 6 e 7

Projeto discute atuação policial em manifestações

Página 8

ACONTECEU NA ALEPE

HOMENAGEM A EDUARDO CAMPOS

Uma homenagem póstuma da Assembleia Legislativa de Pernambuco ao ex-governador Eduardo Campos, morto em um acidente de avião ocorrido em 13 de agosto de 2014, reuniu familiares, amigos e as principais autoridades do Estado. Proposta pelo deputado Lula Cabral (PSB), a Reunião Solene no Palácio Joaquim Nabuco marcou um ano do falecimento do político que governou o Estado por dois mandatos, de 2007 a 2014. Na abertura da cerimônia, o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), expressou “pesar e saudade”, registrando a lacuna deixada em plena campanha à Presidência da República. “Foi nas suas gestões que Pernambuco obteve elevados índices de geração de emprego e renda, crescimento industrial, progresso na educação e priorizou a interiorização do desenvolvimento”, ressaltou.

SEGURANÇA PÚBLICA

Com foco no diálogo com a sociedade, a segurança pública foi debatida na Alepe, no mês de agosto, em diversas reuniões abertas à população. Tratada nas suas causas e efeitos, a pauta também incluiu a perspectiva dos profissionais do setor. No dia 6, a Assembleia realizou Grande Expediente Especial da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra, com a presença de agentes da segurança pública, instituições públicas e ONGs. Já a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública abordou, em Audiência Pública no dia 25 de agosto, a inclusão das guardas municipais entre os órgãos que compõem o sistema de segurança pública na Constituição Estadual. No dia seguinte, a Comissão de Finanças tratou do aumento nos assaltos em agências bancárias, buscando melhorias para a segurança dos agentes e dos clientes. A Comissão de Cidadania também realizou Audiência Pública no dia 26, sobre o feminicídio, assassinato de mulheres em razão da violência familiar e doméstica e da discriminação de gênero. No dia seguinte, o colegiado se reuniu com policiais civis para tratar da perseguição administrativa e do sucateamento das delegacias e institutos de investigação.

AGRICULTURA

Temas de interesse dos produtores agrícolas e consumidores voltaram à pauta de discussões da Assembleia. Com o objetivo de avaliar o uso de agrotóxicos em Pernambuco, a Comissão de Saúde e Assistência Social realizou Audiência Pública, no dia 12 de agosto, para subsidiar o processo de tramitação do Projeto de Lei nº 261/2015, de autoria do deputado Rodrigo Novaes (PDT), que pode tornar mais rigorosa a legislação que regulamenta a utilização de defensivos agrícolas no Estado. No dia 18, a Comissão de Agricultura recebeu a empresa multinacional Monsanto, com atuação em biotecnologia e produção de pesticidas, em Audiência Pública sobre o uso de agrotóxicos e a produção de alimentos transgênicos. As Comissões do Legislativo Estadual também examinaram o Projeto de Lei nº 116/2015, de autoria do deputado Júlio Cavalcanti (PTB), que obriga as embalagens de produtos alimentares a informar sobre a presença de agrotóxicos. Em 1º de setembro, a Comissão de Agricultura realizou audiência pública para debater assuntos relativos ao financiamento, à assistência técnica e à distribuição de produtos da agricultura familiar em Pernambuco. O encontro reuniu agricultores e representantes do Governo Estadual para debater os desafios do setor.

LEGISLATIVO EM FOCO — SÉRIE

BORGEN
(DINAMARCA,
2010-2013)

A jornada de uma mulher que chega ao poder e como o poder muda essa mulher. Esse é o mote de *Borgen*, série de ficção dinamarquesa criada por Adam Price, que teve três temporadas produzidas entre os anos de 2010 e 2013. Na

série, a líder política Birgitte Nyborg (interpretada por Sidse Babbett Knudsen) é a primeira mulher a se tornar primeira-ministra da Dinamarca. Ela lidera um pequeno partido moderado de centro-esquerda, que tenta estabelecer uma terceira via entre liberais e trabalhistas no Parlamento dinamarquês. Relações entre legisladores e mídia, o machismo que ainda cerca as mulheres na política e a difícil conciliação entre convicções e o poder são temas que vão se desenrolando no decorrer da trama. Curiosamente, enquanto a série estava sendo exibida, a Dinamarca elegeu Helle Thorning-Schmidt, a primeira mulher a se tornar chefe de governo no país.

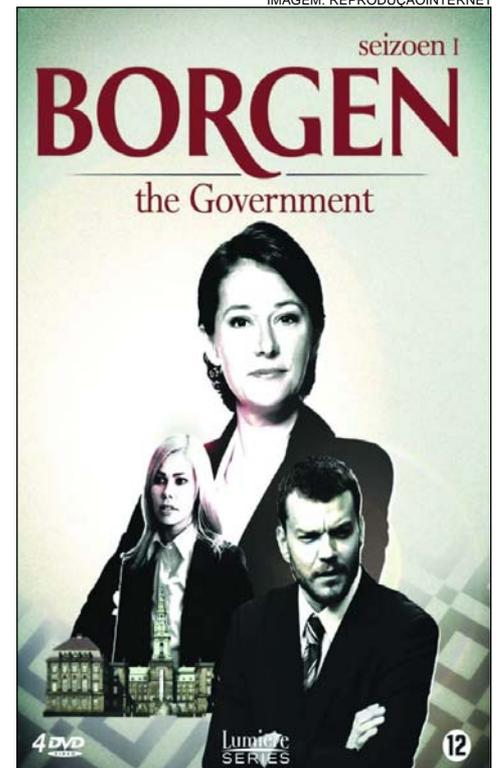


IMAGEM: REPRODUÇÃO INTERNET

VOCÊ NA ALEPE

"O Estado tem uma dívida com o Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco (Iaupe). Por causa disso, todos os 58 funcionários da Pesquisa de Emprego e Desemprego foram demitidos. Queremos sensibilizar as lideranças do Governo para que o pagamento seja feito e não haja demissões."

Cláudia Calado de Melo
51 anos

Checadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego
Durante Reunião Plenária do dia 2 de setembro.



"Aqui é a Casa do povo, por isso se faz necessário que as pessoas participem e saibam o que acontece. Precisamos fazer valer o nosso direito de cidadão. E acredito que, quanto mais audiências com participação do popular, mais mudanças poderão ser realizadas."

Fernanda Alves
22 anos
Representante do Fórum das Mulheres de Olinda

Durante Audiência Pública que discutiu o monitoramento da implantação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), em 16 de setembro.



"Vim questionar e pedir um posicionamento mais enérgico com relação ao Executivo visando à implementação de políticas públicas para a juventude negra."

Léo Machado
29 anos
Membro da ONG Fase

Durante Grande Expediente Especial realizado em 6 de agosto pela Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco



O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Augusto César; 2º Vice-Presidente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Romário Dias; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. **Superintendente de Comunicação Social:** Margot Dourado. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editora:** Cláudia Lucena. **Revisão:** Cláudia Lucena e Margot Dourado. **Repórteres:** André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Helena Alencar, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho. **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Jarbas Araújo, João Bitá e Rinaldo Marques. **Tratamento de Imagem:** Lucas Neves. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. PABX: 3183.2211.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br> — E-mail: scm@alepe.pe.gov.br — www.twitter.com/alepeoficial — www.facebook.com/assembleiape

LEI APROVADA NA ALEPE DETERMINA ACESSIBILIDADE EM QUARTOS DE HOTÉIS

Luciano Galvão Filho

Pelo menos 2% dos quartos de hotéis em Pernambuco devem ser adaptados a pessoas com deficiência de locomoção ou com mobilidade reduzida. É o que determina a Lei nº 15.553/2015, aprovada na Assembleia Legislativa e sancionada no último mês de julho. A disposição vale para estabelecimentos construídos a partir de 2016 e inclui motéis, albergues, pousadas e outros empreendimentos do gênero. Espaços antigos que passarem por ampliações também precisarão seguir a nova regra.

Para a consultora Mosana Cavalcanti, do Sebrae-PE, a acessibilidade já se tornou nicho de mercado no setor hoteleiro. Segundo a turismóloga, ela mesma cadeirante, grandes redes ou empresas menores que possuem acomodações adequadas tornaram-se conhecidas do público e a procura pelos leitos adaptados tem crescido. “Conheço lugares em que todas as unidades são apropriadas, com



Pelo menos 2% dos cômodos deverão ser adaptados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

portas largas, sem barreiras. Encontro situações em que os quartos adaptados de um hotel estão todos ocupados, o que mostra aos proprietários que existe uma demanda crescente”, analisa.

A consultora questiona, no entanto, o fato de a lei estadual ter previsto um percentual inferior ao indicado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Segundo a norma NBR 9050, ao menos 5% dos dormitórios devem ser acessíveis, além de distribuídos por todos os andares do edifício.

A regra ainda recomenda que outros 10% dos leitos sejam adaptáveis à acessibilidade. “Se a norma da ABNT fosse respeitada, a lei sequer seria necessária. A gente tem de fazer equipamentos voltados para todos”, aponta Mosana.

Consultada durante a elaboração da nova legislação, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) defende, com base em levantamento, que 2% é a proporção que melhor corresponde à demanda em Pernambuco por dormitórios acessíveis. “A ocupação dessas



FOTOS: RINALDO MARQUES

unidades ainda é muito baixa, e pessoas sem deficiência muitas vezes se negam a ficar em quartos adaptados. Adequar um percentual maior do que esse poderia causar prejuízos aos hotéis”, explica Carlos Periquito, diretor executivo da ABIH.

Autor do projeto que originou a norma, o deputado Augusto César (PTB) acredita que a quantidade é ideal e analisa que o mercado se ajustará à demanda naturalmente. “Fomos procurados por pessoas que sentiram na pele a dificuldade de encontrar um leito apropriado

e propomos algo que ajudasse a promover igualdade de participação”, relata.

Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio Muniz aponta que, por vezes, leis que preveem direitos aos deficientes não se concretizam. Ele faz alerta para que a norma recém-criada não seja mais um desses casos. “A determinação de ter quartos adequados pode ser difícil de cumprir porque as necessidades das pessoas não são as mesmas”, opina. “O ideal seria que, desde quando projetados, os equipamentos respeitassem as necessidades de todos os cidadãos.”

Empreendimentos localizados em sítios históricos não estão sujeitos à Lei nº 15.553. Hotéis que descumpram as exigências da nova legislação podem ser multados em até R\$ 50 mil, a depender do porte da empresa e do número de reincidências. Os estabelecimentos ainda deverão informar, em seus sites, sobre a disponibilidade de unidades adaptadas.

SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

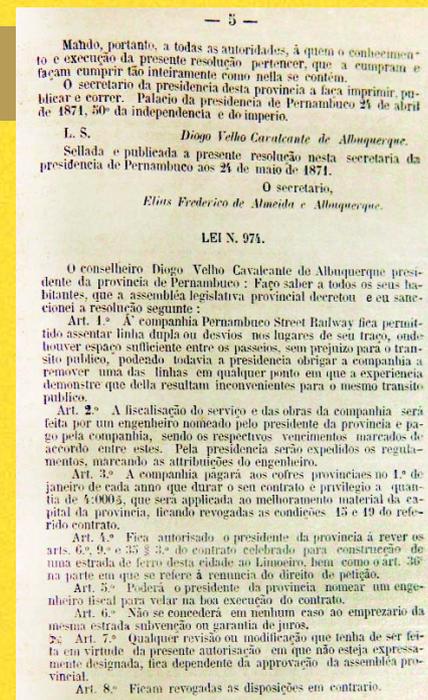
DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO NO RECIFE EM 1871

A criação do Código de Trânsito Brasileiro, publicado no Diário Oficial da União, em 25 de setembro de 1997, deu origem ao Dia Nacional do Trânsito. Definido como “utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga” (CF88), o trânsito tem ocupado lugar de destaque nas discussões sobre mobilidade urbana. E, também, por causa do aumento no número de acidentes, causados por uso de álcool, imprudência e desrespeito às leis. A complexidade dos meios de transporte, especialmente em razão do aumento do número de veículos automotivos, tornou imprescindível a existência de um código específico de trânsito. Entretanto, a preocupação com a circulação de pessoas e veículos não é recente. Em 1871, a Lei nº 974, da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, autorizava a Companhia Street Railway, responsável pelo transporte

ferroviário de trens urbanos no Recife, a realizar o assentamento de linhas duplas ou desvios para locomotivas, considerando-se os espaços disponíveis entre os passeios públicos e sem prejuízo ao tráfego. Outras normas foram promulgadas ao longo das décadas seguintes. Em especial, nos primeiros decênios do século XX, quando houve a redefinição urbanística do centro do Recife, com a construção da Avenida Guararapes e a instalação de terminais de ônibus que faziam o transporte do subúrbio para o centro da cidade, onde se concentrava a área comercial.

O documento supracitado pode ser consultado no Arquivo Geral da ALEPE, custodiado pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA - Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Lei Provincial nº974, de 24 de abril de 1871. Arquivo Geral. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.





Porto movimentou 15,2 milhões de toneladas de cargas em 2014

SUAPE SE DESTACA COMO UM DOS MAIORES POLOS DE LOGÍSTICA E INVESTIMENTOS DO PAÍS

**EM BUSCA DE
PROTAGONISMO
REGIONAL, COMPLEXO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO
CONSOLIDA SUA
IMPORTÂNCIA PARA A
ECONOMIA
PERNAMBUCANA,
ENQUANTO TENTA
SANAR FERIDAS
SOCIOAMBIENTAIS
AINDA ABERTAS**

Helena Alencar

Um terreno de 13,5 mil hectares que abriga mais de 150 empresas de capital nacional e internacional, 25 mil trabalhadores e um porto pelo qual 15,2 milhões de toneladas de cargas foram movimentadas somente em 2014. Os números são o principal cartão de visitas do Complexo Industrial Portuário de Suape, mais importante estrutura portuária do Nordeste e um dos maiores polos logísticos e de investimento do País.

"Suape é um dos melhores portos públicos do Brasil e está conectado a 160 portos em todo o mundo. Também se encontra a um raio de 800 quilômetros de sete das nove capitais nordestinas, cujos Estados concentram 85,8% do Produto Interno Bruto (PIB) da região", complementa o presidente da empresa e também secretário estadual de Desenvolvimento

Econômico, Thiago Norões. "Os investimentos privados no complexo ultrapassam um montante de R\$ 50 bilhões."

O impacto econômico sobre Pernambuco é patente: o complexo responde por 10% do PIB estadual. A cidade de Ipojuca, que abriga 60% do território de Suape, apresentou, de 2000 a 2010, um crescimento médio de 3,12% ao ano, atingindo um PIB de mais de R\$ 11,6 bilhões em 2012. Já o Cabo de Santo Agostinho, município que concentra os outros 40% do terreno do complexo, chegou à cifra de R\$ 6 bilhões no mesmo ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Graças a Suape, inverteu-se uma tendência de desindustrialização em Pernambuco, do final do século XX. Atraímos indústrias porque dispomos de um porto moderno e de uma área para esse fim pronta", acredita a professora

da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e sócia da Consultoria Econômica e Planejamento (Ceplan) Tania Bacelar. Entre as empresas instaladas no local estão os estaleiros Vard Promar e Atlântico Sul, além de gigantes multinacionais como Bunge, Pepsico, Unilever, Coca-Cola e Fedex.

Os investimentos se concentram em dez polos de negócios: granéis líquidos e gases, logístico, naval e *offshore*, alimentos, geração de energia, materiais de construção, eólico, petroquímico, pré-forma plástica e metalmeccânico. "Disponemos de uma infraestrutura completa para atender às necessidades dos mais diversos empreendimentos", garante Norões. "Por isso, Suape atrai um número cada vez maior de empresas interessadas em colocar seus produtos no mercado regional ou exportá-los para outros países."

IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS VERSUS CRESCIMENTO

Se o crescimento econômico proporcionado pelo empreendimento é inegável, os impactos sociais e ambientais transformam Suape - do tupi, "caminho incerto" - num sinônimo para as contravérsias do desenvolvimento. Para o economista ecológico Clóvis Cavalcanti, os indicadores de qualidade de vida não acompanham a grandiloquência das cifras. "Minha opinião é de que os benefícios econômicos são muito inferiores aos danos sociais e ambientais", avalia.

Professor aposentado da UFPE, Cavalcanti é um veterano da luta contra a degradação da área: são mais de 40 anos, desde 1973, quando o Governo do Estado deu início às articulações para implantar a estrutura portuária. De acordo com ele, uma das principais dificuldades está em estimar os custos. "Como transformar a destruição de um manguezal em valor econômico de prejuízo? A pesca na região, por exemplo, caiu para 30% do que era antes da construção do porto. O mesmo se dá

com o aumento na incidência de ataques de tubarão no nosso litoral, porque a vida de uma pessoa não tem preço", exemplifica. "O PIB é apenas um dado do desenvolvimento, mas há muitos outros."

Alguns desses dados dizem respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medida utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para avaliar localidades a partir de indicadores de padrão de vida. No

quesito, Ipojuca deixa a desejar: obteve índice 0,619 (numa escala de 0 a 1), conforme a última pesquisa, realizada em 2010. O número reflete uma mortalidade infantil de 32,52 crianças a cada mil nascidas vivas no município, mais que o dobro da média de Pernambuco (15,16), além dos 60% da população adulta

que não concluíram o Ensino Fundamental.

"Suape é um exemplo concreto de que o modelo de organização econômica e desenvolvimento utilizado nos últimos dez anos foi um desastre e desorga-

Indicadores que medem qualidade de vida na região ainda são considerados baixos



Comissão de Cidadania realizou Audiência Pública para averiguar denúncias contra Empresa Suape

nizou o Estado, pois há muitas fábricas hoje que não arrecadam", observa o deputado Edilson Silva (PSOL). "Cabo e Ipojuca eram para ser, hoje, oásis, mas pelo contrário: viraram vitrines de problemas sociais", completa.

O parlamentar, que preside a Comissão de Cidadania da Alepe, esteve no município do Cabo em junho, averiguando a denúncia de que vigilantes de Suape estariam agindo com truculência para forçar os posseiros a abandonar a área. Segundo ele, terras doadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para uma cooperativa de trabalhadores rurais foram negociadas, o que

seria ilegal. "Hoje os posseiros que estão lá são perseguidos por uma milícia criada pela Empresa Suape", relata o deputado.

A administração de Suape afirma que já iniciou um trabalho para consolidar oito comunidades em seu território com atendimento social, e que obras de drenagem e pavimentação devem começar este ano. Além disso, segundo a empresa pública, 1.406 famílias foram indenizadas entre 2007 e 2015, o que representa uma soma de R\$ 79,63 milhões.

Há ainda a criação de quatro assentamentos para ex-moradores de Suape com perfil rural - um já implantado, em Barreiros, e outros

três em andamento. Já as populações com perfil urbano são relocadas em conjuntos habitacionais. "Durante o processo de adaptação dessas famílias, realizamos diagnóstico socioeconômico e campanhas educativas, além de dar apoio para o cadastramento em benefícios sociais", garante o presidente de Suape, Thiago Norões.

Para a economista Tania Bacelar, a região já possuía uma "herança difícil" do ponto de vista social. "Suape não agravou, mas sim, colocou uma possibilidade de resolver essas questões." Ela toma como exemplo a Refinaria Abreu e Lima, que gerou 40 mil empregos.

EMPRESA AFIRMA INVESTIR EM REFLORESTAMENTO

No quesito ambiental, Suape tem se esforçado para reverter os impactos que a construção do porto causou na região. Hoje, a empresa pública afirma preservar 59% do seu território e investe na restauração florestal da Mata Atlântica, na recuperação de áreas degradadas, na coleta seletiva e na conscientização das comunidades do entorno. "A partir do segundo mandato do ex-governador Eduardo Campos, o Estado adotou uma postura de mitigar danos causados pelo projeto. Isso deve ser acentuado para que se apaguem, o máximo possível,

os efeitos danosos", observa o economista Clóvis Cavalcanti.

O cenário político-econômico atual apresenta desafios, mas o Governo do Estado tem expectativas positivas para a retomada do crescimento a partir de 2016. "A Petrobras já anunciou o investimento de R\$ 4,4 bilhões na conclusão da Refinaria Abreu e Lima, que terá a segunda etapa do empreendimento concluída até o fim de 2018, segundo informações de executivos da estatal", destaca o presidente de Suape, Thiago Norões.

Também o grupo Bolognesi planeja investir R\$ 3 bilhões na construção da sua térmica em Suape, e a instalação de outra usina do tipo, de investimento similar, está em negociação. Ainda em 2015, estão previstas mais quatro inaugurações no complexo industrial (Iraeta, Companhia Brasileira de Materiais de Construção, CentralPET e Arclima), que representam aportes de R\$ 265 milhões e devem gerar 435 empregos diretos. "Os investimentos previstos para a região até 2019 chegam a R\$ 12 bilhões", prevê o presidente.

Outra notícia que vem sendo comemorada pela administração do empreendimento é o recente anúncio do Governo Federal sobre a licitação de cinco novos terminais no porto, prevista para o primeiro semestre de 2016, o que deve somar outros R\$ 2,1 bilhões em investimentos. Defensora do modelo adotado em Suape, Tania Bacelar se recusa a falar no "fim do Eldorado". "A crise teve um impacto grande agora, mas as indústrias não desapareceram", avalia a economista. "Não acredito que o sonho acabou."



AGROTÓXICOS INVADEM A PLANTAÇÃO

Gabriela Bezerra

Sob a bandeira da “modernização da agricultura”, o uso de pesticidas agrícolas cresceu no Brasil. Com uma média anual de consumo que equivale a 5,2 kg por habitante, o País encabeça a lista dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Como o Brasil chegou a esse patamar?

A expansão do uso dessas substâncias nas plantações brasileiras teve início há meio século, a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965. Ao vincular a concessão do empréstimo à obrigatoriedade da compra desses insumos químicos, incentivou-se a utilização de agrotóxicos como garantia de uma boa safra. Resultado: mais da metade das amostras de repolho e pimentão colhidas em Pernambuco contém a substância.

Nem as feiras ditas “livres de agrotóxico” estão isentas. De acordo com a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro), 18% dos produtos vendidos em feiras

orgânicas apresentam a substância. Este ano, 70 autuações já foram realizadas, das quais 12 foram por excesso de resíduos tóxicos.

Pesquisas têm apontado relação entre esses produtos e danos para a saúde. Mobilizados com essa preocupação, deputados reuniram-se em duas Audiências Públicas para debater o risco do uso de agrotóxicos. Também estão em tramitação na Assembleia dois projetos de lei que visam tornar mais restrito o consumo de alimentos cultivados com defensivos agrícolas.

Com o objetivo de exigir a indicação expressa do uso de defensivos agrícolas nos produtos alimentares comercializados em Pernambuco, o deputado Júlio Cavalcanti (PTB) apresentou o Projeto de Lei nº 116/2015. Também é de autoria do petebista o PL nº 152/2015, que torna obrigatória a inclusão de alimentos orgânicos na merenda escolar.

Solicitante de uma das Audiências Públicas sobre o tema, o deputado Rodrigo Novaes (PSD) é autor do PL 261/2015, que visa tornar mais rigorosa

a legislação que regulamenta os defensivos agrícolas em Pernambuco. Ao propor alteração da Lei Estadual nº 12.753/2005, o projeto traz como novas determinações a adesão do Estado a alertas de organizações internacionais sobre o risco de substâncias agrotóxicas e também a expressa proibição do uso do glifosato, herbicida de maior volume de produção no mundo.

Destacando que “o agrotóxico, como o próprio nome diz, é tóxico”, a pesquisadora da Fiocruz e professora da Universidade de Pernambuco (UPE) Lia Giraldo se posicionou contrária à utilização dessas substâncias. Também ressaltou, durante Audiência Pública, que, “dependendo do grupo químico ao qual o defensivo agrícola pertence, os efeitos nocivos podem variar de alergias a câncer”.

Em março deste ano, o glifosato foi classificado, pela Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (Iarc - *International Agency for Research on Cancer*), como “provavelmente cancerígeno para seres humanos” (grupo 2A), ao lado

das substâncias inseticidas malationa e diazinona. Com sede em Lyon, na França, a Iarc é vinculada à Organização Mundial de Saúde (OMS). Também inseticidas, tetraclorvinfós e parationa foram apontados como possivelmente cancerígenos” (grupo 2B).

Entre os tipos de câncer vinculados ao uso de agrotóxicos, no alerta divulgado pela Iarc, estão o Linfoma de Hodgkin e o câncer de próstata. Apesar de o dado ser impactante, a agência deixa claro que as evidências são “limitadas”.

Para os especialistas, a preocupação com os agrotóxicos não está restrita apenas ao consumo de alimentos com essas substâncias. O uso indiscriminado e errôneo também pode provocar a poluição de rios e, até mesmo, a contaminação das pessoas que aplicam esses defensivos. Para ajudar produtores e cidadãos no uso correto e seguro dos agrotóxicos, o Governo Federal criou o Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários (Agrofit), banco de dados com todas essas substâncias registradas no Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária.

DEPUTADOS DIVERGEM SOBRE USO DO GLIFOSATO

Nas Audiências Públicas que a Assembleia Legislativa realizou sobre o tema, os deputados divergiram sobre os malefícios do glifosato para os seres humanos. O debate sobre a utilização dessa e de outras substâncias como ativos em agrotóxicos será ampliado com a criação da Frente Parlamentar de Combate ao Uso Indevido de Agrotóxico em Pernambuco, de iniciativa do deputado Rodrigo Novaes (PSD).

Contrário ao uso do glifosato em Pernambuco, Novaes argumentou que está assustado com a quantidade de casos de câncer no País. “Há alguns anos, não era assim”, avaliou. De acordo com o parlamentar, o estudo do Iarc sobre a substância “parece ser definitivo”. Nesse sentido, defendeu que “a prioridade não deve ser o desenvolvimento, mas a saúde

das pessoas”. “Gostaria que a Monsanto utilizasse sua competência técnica para que o glifosato fosse substituído”, declarou.

O deputado Edilson Silva (PSOL) defendeu o mesmo ponto: “Não podemos ver esse debate do ponto de vista do desenvolvimento econômico, mas pensando na qualidade de vida da população. A economia é parte, mas o objetivo supremo é a qualidade de vida das pessoas”.

Uma reflexão maior sobre o tema foi sugerida pelo deputado Henrique Queiroz (PR). “Quanto maior a oferta de alimentos, menos pessoas morrem de fome no mundo. Então, temos que pensar no que é mais importante e no que faz mais mal, se é a fome ou as doenças”, afirmou.

Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, Miguel Coelho (PSB) cobrou cautela no debate e destacou que “o agronegócio é a principal produção do Brasil”. “Se faz mal, tem que proibir, mas temos que embasar bem as conclusões sobre o tema.”

Somente em julho deste ano, 70 milhões de hectares foram cultivados no País. Pelas estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 2024, o Brasil será o maior exportador agrícola do mundo. Em 2013, as exportações da agricultura e das indústrias agroalimentares totalizaram mais de US\$ 86 bilhões, sendo responsáveis por 36% do total das exportações do País.

FEIRAS PERNAMBUCANAS

OS CAMPEÕES DE AGROTÓXICO:

REPOLHO (57% das amostras)

PIMENTÃO (50%)

COUVE-FLOR (16%)

ALFACE (14%).

Fonte: Adagro



Em Audiência Pública na Assembleia, parlamentares debateram sobre a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos

SUBSTÂNCIAS RELACIONADAS AO CÂNCER

► Grupo 2A – Provavelmente cancerígenas

GLIFOSATO (herbicida)

MALATIONA E DIAZINONA (inseticidas)

► Grupo 2B – Possivelmente cancerígenas

TETRACLORVINIFÓS E PARATIONA (inseticidas)

Fonte: IARC

SUBSTÂNCIAS GARANTIRIAM AUMENTO DA PRODUÇÃO

O uso do agrotóxicos é justificado como essencial para garantir a produção agrícola em larga escala e a Teoria de Malthus é utilizada como argumento principal para defendê-lo. Desenvolvida no Século XVII pelo economista britânico Thomas Malthus, essa teoria afirma que a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, enquanto o nível populacional aumenta em escala geométrica. “Graças à tecnologia aplicada à agricultura, conseguimos garantir o crescimento da produção”, avaliou, em Audiência Pública na Alepe, Pedro Palatinik, gerente de relações governa-

mentais da Monsanto, multinacional que atua em tecnologia agrícola.

Ao rebater esse argumento, o secretário-executivo do Fórum de Combate aos Agrotóxicos, Pedro Albuquerque, afirmou que a questão da fome não depende de produção e sim, de distribuição: “O agrotóxico é tóxico. Se estamos preocupados com a fome, deveríamos investir em reforma agrária e agricultura orgânica.” Nesse sentido, o técnico do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Tales Adriano sugeriu a leitura do livro *Geografia da Fome*, do sociólogo pernambucano Josué de Castro. “Se estamos

preocupados com a fome, deveríamos investir em reforma agrária e na agricultura familiar”, completou.

Em julho, o Governo Federal divulgou que 70% dos alimentos consumidos em todo o País são produzidos por meio da agricultura familiar. Entre as culturas de maior destaque, estão a mandioca (87% da produção total) e o feijão (70%).

Em defesa do uso de agrotóxico, em particular dos que incluem o glifosato, a engenheira agrônoma da Monsanto Andrea Aragón atribuiu situações de risco ao desrespeito ao receituário agro-

nômico. Destacou, ainda, que a substância é usada em mais de 130 países e que, “dependendo da quantidade, o sal de cozinha pode matar mais rápido do que o glifosato”.

Acerca do relatório divulgado pela *International Agency for Research on Cancer (IARC)*, que classificou o glifosato como “provavelmente cancerígeno para seres humanos, Aragón minimizou: “Esse dado é baseado em apenas quatro pesquisas. O Instituto Federal de Avaliação de Risco da Alemanha já fez mais de 800 estudos que atestam a segurança da substância”.

PROJETO DA SOCIEDADE BUSCA REGULAR USO DA FORÇA POLICIAL

Ivanna Castro

Grças ao uso de um expediente de participação popular ainda pouco conhecido pelos pernambucanos - a Sugestão Legislativa da Sociedade Civil -, está tramitando na Casa Joaquim Nabuco um projeto de lei que visa disciplinar a atuação policial em determinados eventos públicos, tais como manifestações de rua e processos de reintegração de posse. Transformada no PL n° 372/2015, após acolhimento da Comissão de Cidadania e posterior aprovação da Mesa Diretora, a matéria foi proposta em conjunto por 21 entidades e movimentos sociais que atuam na área de direitos humanos no Estado. Na Casa, a matéria tem provocado debates entre os que defendem a limitação do uso da força policial nas ocorrências e aqueles que querem preservar a independência da polícia para avaliar quando lançar mão do recurso.

Coordenadora-executiva do Gabinete de Apoio Jurídico às Organizações Populares (Gajop), uma das entidades autoras da Sugestão Legislativa, Edna Jatobá conta que as discussões sobre a atuação policial em manifestações populares surgiram há dois anos, nas chamadas Jornadas de Junho de 2013. Ela explicou que, após um período de "esfriamento" dos debates, o assunto voltou a ganhar força após o deputado Antônio Moraes (PSDB) apresentar o PL n° 191/2015, que estabelece, entre outras regras, a obrigatoriedade de notificação prévia às autoridades sobre a realização de protestos. "Durante Audiência Pública para discutir o projeto de Moraes, percebemos que a proposta estava focada apenas no controle dos manifestantes, excluindo os policiais de qualquer restrição", pontuou a coordenadora.

Segundo Edna, a expectativa é de que o novo projeto sirva, também, para abrir um canal de diálogo permanente com as forças policiais, de forma que a sociedade



Discussões sobre atuação da polícia em manifestações surgiram durante as Jornadas de Junho de 2013

ALGUNS PONTOS DO PL N° 372/2015

Art. 3° - É obrigatória a identificação, de forma claramente visível e legível, de todo agente de segurança ou funcionário público que esteja no exercício de sua função durante eventos públicos.

Art. 4° - Fica vedado o uso de armas letais em manifestações, eventos públicos, execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse, e remoções.

Art. 5° - O uso de armas de baixa letalidade somente é aceitável quando comprovadamente necessário para resguardar a integridade física do agente do Poder Público ou de terceiros, ou em situações extremas em que o uso da força é comprovadamente o único meio possível de conter ações violentas.

Art. 6° - Os agentes do Estado não devem dispersar manifestações majoritariamente pacíficas.

Art. 8° - O Estado garantirá, em ações de manutenção, reintegração de posse, e/ou remoção, a presença de equipes de saúde e assistência social.

civil possa contribuir para a criação de uma "formação mais adequada dos agentes de segurança pública, com o foco voltado para os direitos humanos". É o que espera, também, Luana Varejão, advogada do Centro Popular dos Direitos Humanos (CPDH) e participante frequente de manifestações no Recife. Ela disse já ter presenciado condu-

tas policiais abusivas, como no processo de reintegração de posse dos armazéns Cais José Estelita, em junho de 2014. "No total, 50 pessoas ficaram feridas em um processo que não contou com a presença de advogados ou do Ministério Público", relatou.

Na opinião do professor do Departamento de Ciência Política

da Universidade Federal da Universidade de Pernambuco (UFPE), Jorge Zaverucha, esse tipo de abordagem mais ofensiva da polícia era mais recorrente em meados de 2013, durante as primeiras manifestações. "A polícia não estava preparada para esses eventos e realmente agiu com extrema violência para repreender atos pacíficos, mas também é preciso reconhecer atos violentos de manifestantes. As corporações foram aprendendo e hoje têm um comportamento mais adequado que antes. No entanto, é preciso sempre fazer avaliações e revisões", comentou. O estudioso do comportamento policial acredita que um ponto forte da proposta, e de fácil aplicação, é a exigência da identificação dos oficiais durante as operações.

"Esse é o melhor mecanismo de controle para a atuação de qualquer profissional a serviço do público. O tripé identificação obrigatória, Ouvidoria eficiente e Corregedoria atuante é muito eficaz para impor limites aos policiais que extrapolem na sua atuação." No entanto, Zaverucha criticou a proposta de proibição do uso de armas de fogo em manifestações. "A ideia é

interessante se considerarmos que todas as manifestações são pacíficas, mas, inluzmente, a gente tem que lembrar que existem grupos que não querem negociar. É arriscado colocar os policiais sempre como vilões e deixá-los de mãos atadas", analisou.

QUESTIONAMENTO - A restrição ao uso de armas de fogo em manifestações também foi questionada pelo chefe do Estado Maior da Polícia Militar de Pernambuco, coronel Franklin Barbosa. "Não é prudente o legislador tirar essa possibilidade tática de atuação policial. Cabe ao órgão de segurança pública avaliar a situação e determinar o nível de força mais adequado a ser adotado", ponderou. O oficial explicou que os militares passam por cursos de capacitação e, se abusos forem cometidos, a instituição conta com uma Ouvidoria aberta a denúncias - inclusive anônimas -, além de uma Corregedoria responsável pela apuração dos fatos.

Segundo Barbosa, alguns outros pontos do projeto precisam ser melhor debatidos, como a utilização de expressões como "situação extrema" e "manifestações majoritariamente pacíficas", que, segundo o oficial, apresentam grande margem de interpretação, precisando, portanto, serem especificadas. Além disso, a avaliação da corporação é de que a matéria deve trazer algumas obrigações aos organizadores das manifestações, de forma a garantir os direitos daqueles que não participam do evento. Para isso, um documento com sugestões ao projeto deverá ser encaminhado pela Secretaria de Defesa Social à Assembleia. Apesar das divergências, o representante da PM "vê com bons olhos" a iniciativa. "É ponto pacífico entre nós a necessidade de uma normatização do nosso modus operandi, uma previsão legal que fundamente nosso proceder. Entendemos que o debate deve mesmo acontecer", concluiu.